

**MANDADO DE INJUNÇÃO 6.494 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: HELOISA MONTE SERRAT DE ALMEIDA BINDO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JUSSELMA RITA TOZIN MAIA E OUTRO(A/S)</b>
<b>IMPDO.(A/S)</b>	<b>: PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>

**DECISÃO**

**MANDADO DE INJUNÇÃO – FIXAÇÃO  
DE CONDIÇÕES NECESSÁRIAS AO  
EXERCÍCIO DE DIREITO – TOMADOR  
DE SERVIÇOS – LEGITIMAÇÃO  
PASSIVA.**

1. A inicial está dirigida contra ato omissivo da Presidente da República. A impetrante é servidora pública vinculada ao Estado do Paraná, o qual, uma vez julgado procedente o pedido inicial, arcará com os ônus decorrentes da decisão. Então, cumpre observar o que normalmente se verifica em mandado de segurança, ou seja, a citação do ente federativo como litisconsorte passivo.

2. Solicitem informações à impetrada, citando, para conhecimento desta ação, o Estado do Paraná. Retifiquem a autuação.

3. Com as manifestações, colham o parecer do Procurador-Geral da República.

4. Publiquem.

Brasília, 14 de outubro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO  
Relator